# Índice da obra

Nota de abertura	7
Lista de Autores	11
Principais siglas e abreviaturas	23
Nota sobre elaboração dos textos, normas gráficas e acordo ortográfico	25
PRIMEIRA PARTE	
TEXTOS INTRODUTÓRIOS	
Princípios no direito penal material	37
Os princípios da justiça criminal na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Irradiação para outros instrumentos jurídicos supranacionais (CEDH, CADH, CADHP)	45
Manuel Monteiro Guedes Valente	
Da importância dos princípios humanistas de justiça penal nos países e regiões de língua portuguesa e no mundo	61
RATCHANEE TANGON	
Princípios de justiça penal: a experiência de Goa, Damão e Diu	67

Adesão da Guiné Equatorial à CPLP. Implicações no domínio da justiça penal Tito Mba Ada	81
A justiça penal militar (análise principiológica a partir da realidade brasileira para as comunidades lusófonas)	95
Antônio Pereira Duarte	
Jorge Augusto Caetano de Farias	
O <i>novo</i> mundo da inteligência artificial: desafios à luz dos princípios globais de relevância penal	109
Gabriela Antunes Araújo	
SEGUNDA PARTE	
PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA PENAL	
TRINCHIOS DE JOSTIÇA LENAL	
I	
Princípios globais	
Princípio da dignidade da pessoa humana e costume (reflexões a partir do direito angolano, com aplicação nas comunidades de língua portuguesa)	125
Carlos Feijó	
Princípio da igualdade	141
Clovis Demarchi	
Luciene Dal Ri	
Princípio da tutela dos direitos fundamentais e suas limitações nos países lusó-	
fonos	149
Gina Pompeu	
Sophia Fernandes Ary	
Princípio da congruência ou da analogia substancial entre a ordem axiológica constitucional e a ordem legal dos bens jurídicos protegidos pelo Direito Penal (princípio da referência constitucional)	169
Pedro Jacob Morais	
Drinaínio de dignidade, de pagassidade e de eficácio none!	177
Princípio da dignidade, da necessidade e da eficácia penal	177

#### ÍNDICE DA OBRA

Princípio do monopólio estadual de jurisdição penal	193
Princípio ne bis in idem	209
Princípio da tutela jurisdicional efetiva (acesso ao direito)	221
Princípio da separação e interdependência dos poderes (na esfera criminal)  JOSÉ PINA DELGADO	231
II	
Direito Penal	
A. Princípios gerais	
Princípio da autonomia em direito penal	259
Princípio da legalidade criminal	267
Princípio da subsidiariedade penal	287
Princípio da fragmentariedade na esfera penal. Lineamentos	293
Princípio da irretroatividade e aplicação da lei penal mais favorável  ELYSA VIEIRA	313
Princípio da territorialidade e aplicação extraterritorial da lei penal  NG CHAN FAI	327
Princípio do facto ou da ofensividade (perspetiva ideológico-crítica desconstrutivista a partir do princípio jurídico-constitucional da proporcionalidade) .  Fernando Conde Monteiro	347

Princípio da culpa	361
Flávia Noversa Loureiro	
Princípio da responsabilidade penal pessoal e intransmissível (e da responsabilidade penal das pessoas colectivas)	377
B. Princípios das consequências jurídicas dos crimes	
B. Finicipios das consequencias juridicas dos crimes	
Princípio da legalidade das penas e das medidas de segurança	393
Princípio da humanidade das penas e medidas de segurança	417
Princípio da proibição de excesso  Miris Bernardo Rosário  Nadgeida Castro	425
Princípio da preferência pelas reações criminais não detentivas	437
Princípio da aplicação da lei penal mais favorável em matéria de sanções  Ana Elisa Liberatore S. Bechara	447
Princípio da não-automaticidade dos efeitos das penas	463
Princípio da sociabilidade ou solidariedade penal	475
Princípio vitimológico	489

## ÍNDICE DA OBRA

## III

## **Direito Processual Penal**

# A. Princípios gerais

Princípio da necessidade do processo penal	503
Princípio da presunção do estado de inocência (ou de não-culpabilidade)  NESTOR EDUARDO ARARUNA SANTIAGO	511
Princípio da jurisdição e do juiz natural ou legal	517
Princípio do direito ao processo justo ou equitativo	529
Princípio da igualdade de oportunidades (de armas)	551
Princípio da lealdade em processo penal – ser ou não ser, eis a questão (análise desconstrutiva à luz do direito positivo português)	563
Princípios da plena defesa e do recurso	581
B. Princípios relativos à promoção processual	
Princípio da oficialidade	605
Princípio da legalidade da ação penal	615

Princípio da acusação	631
Margarida Santos	
C. Princípios relativos à prossecução processual	
Princípio do contraditório	653
Elizete da Graça J. Paulo Francisco	
Princípio da investigação criminal	673
Fernando da Costa Gonçalves	
Princípio da suficiência	685
André Paulino Piton	
Princípio da concentração	691
Pedro Miguel Freitas	
Princípio da celeridade em matéria criminal (ou direito ao prazo razoável no	
processo penal)	699
Thiago Aguiar de Pádua	
D. Princípios relativos à prova	
Princípio da investigação ou da "verdade material"	721
Rui Miguel Barata Lourenço	
Princípio da legalidade da prova	737
Maria Inês Simões	
Princípio da liberdade de prova	753
Carla Mondim	
Princípio da livre apreciação da prova	763
Benja Satula	

#### ÍNDICE DA OBRA

Princípio do <i>in dubio pro reo</i> na justiça criminal das comunidades de língua portuguesa	771
Maria Elizabeth Guimarães T. Rocha	
Princípio do <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> Ana Raquel Conceição	793
E. Princípios relativos à forma	
Princípio da publicidade no processo penal	815
Princípio da oralidade e imediação	833
Princípio da documentação processual	841
F. Princípios das medidas de coação e de garantia patrimonial	
Princípio da legalidade das medidas cautelares de coação e de garantia patrimonial  Sandro Lúcio Dezan	855
Princípio da necessidade na aplicação de medidas de coação e de garantia patrimonial	867
Princípio da adequação das medidas de coação e de garantia patrimonial  António Pinduka de Melo Marques	877
Princípio da proporcionalidade na aplicação de medidas de coação e de garantia patrimonial	887
Princípio da subsidiariedade das medidas de coação e de garantia patrimonial: da fonte principal ao princípio derivado	895

Princípio da precariedade das medidas detentivas	915
IV	
Princípios do direito de execução de sanções	
Princípio da jurisdicionalização no sistema de execução penal	931
Princípio da legalidade na execução penal em países de língua portuguesa.  Algumas considerações	947
Princípio da ressocialização	963
Princípio da execução imediata e contínua das penas	977
Princípio da limitação dos efeitos das penas	991
Princípio da imparcialidade	1007
Princípios da especialização e da individualização do tratamento prisional Víctor Marcílio Pompeu	1013
Princípio da flexibilização da pena privativa de liberdade	1029
Princípio especial de proteção das minorias no sistema prisional	1047